

Pesquisa de Avaliação do Programa de Proteção ao Emprego (PPE)

RELATÓRIO FINAL APRESENTADO AO MINISTÉRIO DO TRABALHO EM DEZEMBRO DE 2016

BRASÍLIA, 12 DE ABRIL DE 2017



Ministério do
Trabalho



Objetivo e método

- Pretendeu-se examinar se o Programa atendeu as necessidades das empresas e dos trabalhadores no enfrentamento da crise e sua efetividade em proteger empregos.
- Trata-se de uma avaliação qualitativa do PPE, com base em entrevistas em profundidade e análises de estatísticas descritivas e de acordos coletivos.

Atividades de Pesquisa Avaliativa

- Foram realizadas 33 entrevistas individuais e em profundidade:
 - 18 sindicalistas (centrais sindicais e negociadores de base);
 - 8 empresários;
 - 7 gestores públicos.
- Análise de 134 acordos coletivos de trabalho específicos.
- Análise de dados quantitativos para efeitos descritivos e para guiar a seleção de informantes-chave.

Caracterização do Programa (set/15 a abr/16)

- Cobriu 70 empresas, 85 estabelecimentos e 91 termos de adesão.
- O montante de benefícios pagos foi de R\$ 111 milhões (até fevereiro de 2016), beneficiando 53,8 mil pessoas.
- O Sudeste responde por 81,2% dos estabelecimentos e 88,8% das pessoas beneficiadas pelo Programa.
- São Paulo reúne 58,8% dos estabelecimentos e 76,2% das pessoas beneficiadas.
- São Bernardo do Campo e Taubaté concentram 53,4% do público do Programa.

Caracterização do Programa (set/15 a abr/16)

- 64,7% dos estabelecimentos possuíam mais de 100 trabalhadores. Por outro lado, 20,0% dos estabelecimentos possuíam no máximo 50 empregados.
- A indústria de transformação responde por 83,5% dos estabelecimentos e 98,1% dos beneficiários do Programa (em especial, montadoras de veículos e fábricas de autopeças). Há registro, porém, de estabelecimentos do comércio, da educação e dos serviços.
- Redução da jornada foi, em média, de 20% (76,4% dos estabelecimentos e 87,5% dos trabalhadores).
- Redução média de 10% nos salários, passando de R\$ 4.163 para R\$ 3.734, incluindo a complementação média de R\$ 412.

Caracterização do Programa (set/15 a abr/16)

- Perfil dos beneficiados
 - 90,0% são do sexo masculino;
 - 81,3% possuem entre 25 e 49 anos. Apenas 4,1% possuem até 24 anos;
 - 71,6% são brancos. Pretos e pardos são 18,6%;
 - 74,6% possuem vínculos empregatícios com duração superior a cinco anos;
 - 57,3% são trabalhadores da produção de bens e serviços industriais; 15,4% são técnicos de nível médio; e 9,2% são profissionais das ciências e das artes.

Custo-benefício do Programa

- 33,7 mil empregos protegidos e 7 mil (na média do período setembro/abril) empregos potencialmente preservados.
- Benefício pago por emprego protegido: R\$ 411,5.

ITENS DE CUSTO E RECEITA	VALORES (em R\$)
(-) Montante de benefícios pagos	-111.234.054
(+) Ganho de arrecadação com o INSS	56.964.177
(+) Ganho de recolhimento de contribuições ao FGTS	11.602.183
(=) Desembolso líquido para o governo	-42.667.694
Beneficiários (média mensal)	33.789
Benefício pago por emprego protegido	157,85

- Com 20% de trabalhadores demitidos, a demanda por SD variaria de R\$ 13,6 a R\$ 38,5 milhões, a depender do número de parcelas recebidas.

Análise dos acordos coletivos específicos do PPE

- Aproximadamente 45,0% dos acordos cobriram toda a empresa.
- 75,4% foram estabelecidos com duração de seis meses.
- 93,3% mantiveram o tempo de estabilidade estabelecido em lei.
- 60,4% dos acordos determinam a não incidência da redução nos adicionais e benefícios (13º, férias, PLR, etc.).

Análise das entrevistas & recomendações

- Acordo coletivo de trabalho específico – avaliação positiva.
- Critérios de elegibilidade e de permanência
 - Regularidade fiscal, previdenciária e junto ao FGTS – predomina avaliação negativa, notadamente por empresários e sindicalistas.
 - Indicador Líquido de Emprego – não parece ter sido um obstáculo para adesão ao Programa.
- Adesão ao Programa e Cobertura – influenciada pela crise econômica, pelo pouco conhecimento do Programa, pela experiência de negociação acumulada pelas empresas e sindicatos no passado e pela distribuição territorial da indústria brasileira.

Análise das entrevistas & recomendações

- Procedimentos de adesão/pagamento – falta de sistema informatizado, compatibilidade entre os sistemas de informações das empresas e do governo e regularidade nos desembolsos dos benefícios.
- Qualificação profissional e participação no PPE – no nível das empresas, não há seleção de participantes conforme a qualificação. Setores são escolhidos em função do processo produtivo.
- Potencial de preservação de empregos – profundidade inesperada na crise e duração além do previsto, baixa adesão limita efeitos estabilizadores do emprego

Análise das entrevistas & recomendações

- Efeito nas relações de trabalho – relacionamento capital-trabalho prévio determina a adesão ao Programa.
- Deve o PPE se tornar permanente? – considerável apoio pela continuidade do Programa, sem unanimidade.
- Quais as mudanças a serem feitas?
 - Regularidade tributária – sugeriu-se a supressão da exigência ou restringi-la à contribuição previdenciária e FGTS. Pode-se mantê-la com limite temporal ou mediante programa de parcelamento dos débitos.
 - Flexibilidade na prestação das horas de trabalho - permissão de horas extras e/ou compensação de horas extras em período mais longo.

Análise das entrevistas & recomendações

- Duração do período de adesão – maioria considerou adequado ou satisfatório o prazo, mas houve sugestão de alongamento ou de tornar indeterminado.
- Percentual de compensação pecuniária pelas horas não trabalhadas – sugeriu-se a elevação do percentual viabilizando ampliação da redução da jornada.
- Indicador Líquido de Emprego – no caso de programa tornar-se permanente, propõe-se a revisão ou a sua flexibilização atribuindo a definição ao executivo.
- Superação na demora na análise de processos de adesão e de liberação do benefício – análise dos pedidos após a concessão do TA.

Obrigado!

TIAGO OLIVEIRA
ECONOMISTA/DIEESE



Ministério do
Trabalho



DIEESE
DEPARTAMENTO INTERSINDICAL DE
ESTATÍSTICA E ESTUDOS SOCIOECONÔMICOS